

PREVIDÊNCIA

Emenda paralela não vai andar sem acordo, diz Viana

Paim pede votação antes do 2º turno da proposta principal



Rosevelt Finheiro

ANDAMENTO Sob a presidência de Sarney, o Plenário realizou ontem o terceiro dia de discussão da reforma tributária, enquanto governo analisava pontos em que aceita mudanças

Reforma tributária já tem 252 emendas apresentadas em Plenário

Páginas 3 e 4

Conselho debaterá regionalização de programas de TV

O projeto de lei que regulamenta a regionalização dos programas culturais e jornalísticos do rádio e da TV será discutido em audiência pública pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

Página 5

Reunidos ontem, conselheiros afirmaram que a proposta deve ser melhorada



Márcia Kalume

Seca pode levar a novo apagão, alerta Tourinho

O senador Rodolpho Tourinho advertiu que a seca no Nordeste tem piorado e que há risco de colapso elétrico no país.

Página 7

Antero alerta para queimadas em Mato Grosso

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) alertou para a sucessão de queimadas que estão ocorrendo em Mato Grosso. Ele manifestou seu apoio a entidades ambientais



Avanço da soja tem gerado problema, denuncia Antero

de todo o país, e até do exterior, que estão se mobilizando para frear incêndios florestais no estado. Também pediu providências da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do Instituto Brasileiro

do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama).

A lavoura de soja, disse Antero, que praticamente já acabou com o cerrado matogrossense, vem substituindo as pastagens e começa a avançar também sobre a floresta amazônica. Baseado em matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ele informou que, em setembro, foram registrados 16.338 focos de calor em Mato Grosso, mais do que o dobro apurado no Pará.

Diz ainda o jornal, segundo o senador, em matéria intitulada "Presença do grupo Maggi Anima Queimadas e Multas", que as empresas do governador do estado, Blairo Maggi, estão à frente do avanço da soja. Antero ressalta que a legislação ambiental deve ser cumprida e que os abusos cometidos devem ser coibidos, estejam seus autores "em suas empresas ou nos palácios".

– O progresso é sempre bem-vindo. Mas ele não pode ser feito ao arripio da lei – afirmou.

Agenda

Plenário realiza quarta sessão de discussão da reforma tributária

A sessão de hoje, às 14h30, é dedicada à quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da reforma tributária (PEC nº 74/03). Será votado projeto que concede indenização às famílias das vítimas do acidente em Alcântara e do incidente com o subtenente do Exército Alcir José Tomasi (PLC nº 78/03). O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 12h, o embaixador do Brasil na Áustria, Roberto Abdenur.

Audiência discute denúncia sobre Funai

Em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, mensagem que autoriza a prefeitura de São Paulo a adquirir empréstimo de até US\$ 100,4 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No mesmo horário, a Subcomissão Permanente da Amazônia, que funciona no âmbito da CAE, realiza audiência pública com o ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) Eduardo Almeida, para falar da denúncia de existência de máfias no órgão.



Comissão ouve ministro sobre fim do Exame Nacional de Cursos

Hoje, às 10h, o ministro da Educação, Cristovam Buarque, fala à Comissão de Educação (CE) sobre a extinção do Exame Nacional de Cursos, o Provão.

Após a ordem do dia, o colegiado reúne-se novamente para votar projeto que permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de

Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos de até 24 anos de idade (PLS nº 287/03).

Acesso a coletes salva-vidas



A Comissão de Infra-Estrutura (CI) reúne-se, às 14h30, para analisar projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação de coletes salva-vidas em embarcações destinadas ao transporte de passageiros (PLS nº 376/03). A comissão vota ainda proposta que modifica a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso da água (PLS nº 240/02).

Instalação da CPI do Desmanche

Será instalada hoje, às 17h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Desmanche, que vai investigar irregularidades em empresas de seguros, revendedoras de automóveis e oficinas de desmanche de carros. Às 10h, a CPI da Exploração Sexual debate, com o secretário do Ministério do Turismo, Márcio Fávila Lucca de Paula, e a coordenadora da Casa Renascer, Dilma Felizardo, o turismo sexual no Brasil.



Reunião do Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar analisa hoje, às 10h, denúncia contra o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), acusado de fazer acordo para dividir mandato com o suplente. Serão ouvidos o 1º e o 2º suplente de Saturnino, Carlos Lupi e Yara Vargas, respectivamente. Às 17h, fala ao colegiado o presidente nacional do PDT, Leonel Brizola.

Projetos de crédito em exame

Na reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO), às 14h30, serão votados quatro projetos de crédito para os ministérios, num total de R\$ 455,460 milhões, e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias em órgãos públicos, além de requerimentos solicitando audiências públicas.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Sérgio Zambiasi apóia luta pela igualdade racial

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) prestou homenagem aos afro-descendentes pelo transcurso do Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, e pediu que a

data seja considerada feriado nacional, com sua inclusão no calendário oficial. A medida, afirmou o senador, seria um reconhecimento formal, por parte do Estado brasileiro, da importância da reparação dos efeitos da escravidão e da discriminação, considerados, conforme lembrou, crimes contra a Humanidade.

Zambiasi manifestou seu desejo de que a data seja um marco na luta dos negros pelo resgate de sua verdadeira história, construída por homens como Zumbi, um dos líderes da rebelião dos escravos no Quilombo dos Palmares.

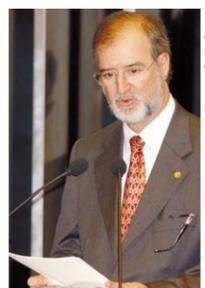


Dia da Consciência Negra deve ser oficial, diz Zambiasi

Azeredo faz homenagem a Francelino Pereira

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) homenageou o ex-senador Francelino Pereira por sua posse na Academia Mineira de Letras, ocorrida na sexta-feira, na vaga deixada pelo ex-vice-presidente da República Aureliano Chaves. Ele destacou que poucos brasileiros conseguiram dedicar-se simultaneamente à política, aos assuntos de Estado e à literatura.

– Em toda a sua vida, Francelino soube usar a palavra e a pena com a prudência, a elegância e a habilidade dos mineiros. Por isso, e, graças a isso, ele é hoje um verdadeiro mineiro, apesar de ter nascido no Piauí. Admirado por todos, a Academia Mineira de Letras faz justiça ao incorporá-lo ao seu patrimônio vivo – afirmou Eduardo Azeredo.



Azeredo saudou posse na Academia Mineira de Letras

REFORMAS

Relator acredita que, se houver entendimento das lideranças, votação da proposta alternativa da Previdência será concluída pelo Senado até o fim da próxima semana, seguindo então para a Câmara

Viana cobra acordo sobre emenda paralela

O relator da reforma da Previdência e líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), afirmou ontem, em entrevista, que os líderes partidários precisam chegar com rapidez a um acordo sobre a redação da chamada emenda previdenciária paralela, principalmente por causa do pouco tempo para sua votação, no Senado, neste ano.

– Sem acordo, a emenda paralela não vai andar. Só com acordo será possível evitar emendas de Plenário, interstícios e outras exigências regimentais que atrasam uma votação de emenda constitucional – sustentou.

Tião Viana está esperando um acordo de líderes para apresentar a redação definitiva da proposta paralela. Ele entende que o acordo deve envolver não só o conteúdo da emenda, mas também procedimentos para a votação e prazos de tramitação.

– Se não houver acordo e fo-

rem apresentadas emendas de Plenário, haverá um atraso de pelo menos dez dias, o que pode até inviabilizar a sua votação neste ano – disse.

Subteto

Os líderes partidários devem se reunir hoje para tratar do assunto. Eles vão discutir inclusive a redação proposta pelo PMDB para o artigo que trata dos sub-tetos salariais dos Executivos estaduais. A reforma da Previdência, já aprovada pelos senadores em primeiro turno, prevê que o subteto dos servidores dos Executivos dos estados será o salário do governador.

No entanto, o PMDB quer colocar na emenda paralela



ATRASSO Tião Viana adverte que, se forem apresentadas emendas, decisão sobre a PEC pode ficar para 2004

autorização para que os governadores que têm salário baixo enviem projetos às assembleias elevando seus vencimentos. Mais: aqueles que não quiserem aumentar seu próprio salário, por causa das repercussões políticas, poderiam fixar

futuro sistema de aposentadoria do funcionalismo, com o que seriam beneficiados aqueles que começaram a trabalhar muito cedo. Há ainda um artigo prevendo que pessoas sem vínculo empregatício e as donas-de-casa poderão contri-

buir com alíquotas menores para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), podendo ainda obter benefícios com prazos de carência menores.

Paridade

Além do subteto, a emenda paralela conterá dois pontos de grande interesse dos servidores – garantia de que os futuros aposentados terão os mesmos reajustes dos ativos (paridade) e uma fase de transição entre o atual e o

buir com alíquotas menores para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), podendo ainda obter benefícios com prazos de carência menores.

A emenda paralela, já votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), está pronta para discussão em Plenário. A idéia dos governistas é apresentar uma segunda proposta paralela, com o texto de consenso com as oposições, que passaria a tramitar junto com a primeira emenda paralela. Se houver acordo, o líder do PT acredita que os senadores poderão votar a emenda paralela da Previdência nas duas primeiras semanas deste mês. A seguir, a matéria seria remetida ao exame dos deputados, enquanto o texto básico da reforma da Previdência poderia ser promulgado, depois da votação de segundo turno – o primeiro turno ocorreu na semana passada.

Paim quer votação da PEC antes do texto principal das mudanças

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem que vai lutar pela votação, em Plenário, da proposta paralela (PEC nº 77), antes que seja votada em segundo turno a proposta que contém o corpo principal da reforma da Previdência Social (PEC nº 67), já aprovada pelo Senado em primeiro turno.

A emenda paralela contém dispositivos destinados a amenizar os efeitos da reforma da Previdência sobre aposentadorias e pensões, observou.

Apoiado por seis senadores, que o apartearam, Paim lembrou a promessa do governo de acelerar a tramitação da PEC paralela. Caso o acordo, do qual participaram Paim e senadores do PMDB, não seja cumprido, o senador gaúcho prevê “um choque entre o Executivo e o Congresso”.

– A votação dessa proposta de emenda constitucional é um ponto de honra – advertiu em aparte o senador Ramez Tebet (PMDB-MS).



COMPROMISSO Paulo Paim lembra promessa do governo de acelerar a tramitação da matéria

Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que, se o governo federal não cumprir sua palavra, estará “traindo a nação”. E o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) recomendou ao Executivo que não faça dos parlamentares “objeto de brincadeira”.

Rapidez

Em contato com o presidente da Câmara dos Deputados, Paim disse ter ouvido de João Paulo Cunha (PT-SP) que a tramitação da PEC paralela naquela Casa será rápida. A pro-

posta já foi votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, onde o relator, senador Tião Viana (PT-AC), acolheu uma emenda garantindo paridade aos aposentados. Segundo Paim, seria muito positivo que, como resultado de um acordo de líderes, a PEC paralela fosse votada na CCJ já nesta quarta-feira (3).

– Eu ainda não estou cobrando. Estou lembrando os compromissos assumidos

pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para mim, o acordo não é o do papel, mas o do fio do bigode – observou o parlamentar.

Em reforço às palavras de Paulo Paim, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) chegou a dizer que, se o acordo não for cumprido, o parlamentar petista “estará livre para fazer o que quiser de sua vida política e partidária”. A sustentação do acordo com base na honra também foi o ponto principal do aparte do senador Mão Santa (PMDB-PI).

Pontos básicos da proposta paralela

Permite alíquotas menores (ainda não definidas) de contribuição ao INSS para trabalhadores sem vínculo empregatício e donas-de-casa. O prazo de carência para os benefícios também será menor.



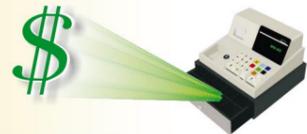
Autoriza a adoção de requisitos e critérios especiais para aposentadoria de portadores de deficiência. Lei ordinária detalhará tudo.

Volta a conceder paridade aos atuais servidores, quando eles se aposentarem, desde que tenham completado 25 anos de serviço público. A reforma da Previdência exclui a paridade ativo-inativo.

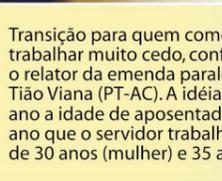


Dobra os valores dos limites para efeito de cobrança da alíquota de Previdência de 11% de aposentados e pensionistas, desde que eles tenham doenças incapacitantes. Lei também definirá quais são essas doenças.

Concede prazo de 60 dias para que os governadores enviem projetos às assembleias elevando seus salários, caso eles sejam baixos. O teto será o salário de desembargador.



Impõe controle social da Previdência, com representantes do Ministério Público, Legislativo e Judiciário na sua gestão. Haverá ainda censo previdenciário a cada cinco anos.



Transição para quem começou a trabalhar muito cedo, conforme anunciou o relator da emenda paralela, senador Tião Viana (PT-AC). A idéia é reduzir em um ano a idade de aposentadoria para cada ano que o servidor trabalhar a mais além de 30 anos (mulher) e 35 anos (homem).



REFORMAS

Discussão da proposta de mudança no sistema tributário deve ser concluída amanhã, quando as emendas serão enviadas à CCJ. Governo avalia pontos em que poderá ceder e Tebet quer votar consensos

Tributária já recebeu 252 emendas

Transcorreu ontem o terceiro dia de discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC nº 74) que institui a reforma tributária. Hoje será a quarta sessão e, amanhã, o quinto e último dia, quando as emendas serão enviadas para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Até agora, já foram apresentadas 252 emendas, sendo que PFL e PSDB apresentaram propostas alternativas que deverão ser parcialmente acolhidas pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e pelo próprio governo.

Os pontos consensuais até agora são a prorrogação da

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por mais quatro anos, com a possibilidade de redução gradual até chegar ao percentual simbólico de 0,08%; a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), pela qual o governo pode livremente usar parte dos recursos vinculados do Orçamento Geral da União; a criação de um fundo de compensação de exportações, para reparar as perdas de estados com isenções de ICMS para produtos destinados a exportação; prorrogação até 2020 da Zona Franca de Manaus; instituição de um Super-

simple (cobrança única dos impostos federais, estaduais e municipais para micro e pequenas empresas).

Equilíbrio regional

É possível também que o Fundo de Desenvolvimento Regional seja implantado já em 2004, mas em volume menor, atingindo os R\$ 2 bilhões apenas nos dois anos seguintes. O senador Romero Jucá também deve aceitar a proposta de implantação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em 2007, com união do ICMS, do IPI e, talvez, do ISS e de outros tributos – o governo federal quer apenas unificar ICMS e IPI.

Também não está definida a questão da transferência de 25% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para os estados.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), passou boa parte da tarde reunido com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, acertando os pontos em que o governo pode ceder. À noite, teria reunião com o presidente Lula para definir os parâmetros da reforma. Hoje, Mercadante deve ter nova reunião com o relator, com os líderes e com representantes de partidos.



Rorquie de SG

CRÍTICA Segundo Papaléo, reforma da Previdência não conta com estudos conclusivos

Governo quer forçar superávit, diz Papaléo

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) manifestou a sua preocupação com respostas recebidas do ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, a dois requerimentos em que solicitava informações sobre os estudos que embasaram a proposta do Executivo de reforma previdenciária. Ele disse ter concluído, pelas respostas, que o governo "oculta o verdadeiro papel da Previdência do servidor público" e "reduz direitos para reforçar o superávit primário destinado ao pagamento de juros e encargos da dívida".

Papaléo havia solicitado informações sobre "o impacto financeiro e social em face dos critérios de reajustes das aposentadorias e pensões dos atuais servidores" e a apresentação dos estudos que justificaram tais regras. Segundo o senador, o ministério não apresentou qualquer estudo a respeito dos critérios de reajuste das aposentadorias e pensões dos funcionários públicos, limitando-se a informar percentuais de reajustes já de amplo conhecimento.

– Isso demonstra que o governo não tem qualquer estudo financeiro ou atuarial sério que garanta, a médio e a longo prazos, o pagamento de aposentadorias e pensões com seus respectivos reajustes para garantir a recomposição do seu valor real – afirmou.

O senador também questionou Berzoini sobre a necessidade de valorização do funcionalismo e a reposição da força de trabalho, para que não haja redução do número de ativos sobre o número de inativos.

Tebet sugere votar agora apenas pontos essenciais

Ao lembrar que o final do ano vem se aproximando e que até agora ainda não há consenso sobre diversos pontos da reforma tributária, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez um apelo no sentido de que o Senado aprove, em uma primeira etapa, apenas os pontos essenciais da reforma, como a prorrogação da CPMF e da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Pontos polêmicos como a unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), na avali-

ação de Tebet, deveriam ter sua discussão adiada para o primeiro semestre do próximo ano. A preocupação do senador é que a pressa na votação termine piorando o sistema tributário.

– Não adianta tentar querer aprovar uma reforma em três etapas, como estão discutindo. Será que é conveniente decidir agora sobre cinco alíquotas do ICMS, mesmo que seja para vigorar apenas a partir de 2005? Não é melhor aprovar o que for mais urgente para a nação e deixar os outros pontos para o primeiro semestre do próximo ano? Teríamos mais tempo

para maturação, meditação e para promover uma grande discussão sobre o tema – opinou Ramez Tebet.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados e as modificações anunciadas até o momento pelo relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) não agradam Tebet. Ele alertou para o risco de a reforma, tal como está, elevar a carga tributária do país. O senador também disse que está alerta para que a reforma não aumente ainda mais a distância entre os estados mais ricos e os mais pobres da Federação.



Roosevelt Pinheiro

DEBATE Questões polêmicas poderiam ficar para o próximo semestre, propõe Ramez Tebet

Jonas Pinheiro defende subsídios fiscais para Centro-Oeste

Na qualidade de presidente da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) protestou ontem, em discurso no Plenário, contra a posição assumida pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, de não conceder subsídios fiscais federais à região. O argumento é que a região tem economia dinâmica e não possui bolsões de pobreza.

Segundo Jonas Pinheiro, sem subsídios fiscais, de nada serviria a criação de um fundo de desenvolvimento ligado à Agência de Desenvolvimento do



Roosevelt Pinheiro

MOBILIZAÇÃO Jonas conclama governadores a se unirem à frente parlamentar da região

Centro-Oeste, proposta que está em fase de estudo. Na falta do fundo, conforme o senador, a agência será um

mero órgão público apto a criar planos e diagnósticos, sem que a ela sejam fornecidos meios e recursos financeiros para operá-los. "Tudo não passaria de imaginário", afirmou.

De acordo com o senador, o Centro-Oeste "não é monolítico, pois abrange áreas desenvolvidas e dotadas de infra-estrutura, bem como áreas extremamente deprimidas. A região mais pobre não teria como atrair investimentos com capacidade de gerar emprego e renda, se o empresário potencial não puder receber subsídios

fiscais federais ou estaduais, acrescentou. Ele ressaltou que os incentivos fiscais em nível estadual ficarão proibidos depois da aprovação da reforma tributária.

Jonas conclamou os governadores da região a se unirem com os parlamentares da frente que preside, para negociar a mudança de posição do ministério sobre o fundo de desenvolvimento, dando-lhe condições financeiras de viabilizar um projeto concreto de investimentos, que resulte em melhoria de infra-estrutura, apoio à produção e geração de emprego e renda.



Márcia Kolumbe

DISCUSSÃO Integrantes do Conselho de Comunicação Social do Congresso apontam inconstitucionalidade em projeto da Câmara

Conselho quer audiência sobre regionalização de programas de rádio e TV

O Conselho de Comunicação Social, órgão de assessoramento do Congresso, deve promover audiência pública para instruir a análise do projeto de lei da Câmara que regulamenta dispositivo da Constituição federal. O assunto é relativo à regionalização da programação artística, cultural e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e televisão (PLC nº 59/03). A decisão partiu da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, que, reunida ontem, levantou pontos de inconstitucionalidade e inadequação a serem corrigidos na proposta.

Além do texto do projeto, o conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto, representante das empresas de rádio, recomendou a discussão do parecer do então deputado Roberto Magalhães, que declarou a inconstitucionalidade da matéria e alertou para a redução de empregos no setor.

O conselheiro Roberto Wagner Monteiro, representante das empresas de televisão, também apresentou críticas a alguns artigos do projeto da deputada federal Jandira Feghali.

Mão Santa elogia iniciativa do GDF voltada para idosos

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que enquanto o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, toma decisões que desrespeitam os idosos, o governo do PMDB no Distrito Federal lança um programa para oferecer lazer, entretenimento e atividades físicas para as pessoas com mais de 60 anos de idade.

– Carros do governo vão buscar os idosos em suas residências para conduzi-los até o Parque da Cidade. Lá, depois do café da manhã, que inclui água de coco, suco e bolacha, eles participam do hasteamento das Bandeiras do Brasil e do Distrito Federal, e vão fazer um passeio pelo parque, acompanhados de funcionários do governo – descreveu Mão Santa.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) informou que o ministro Berzoini, em entrevista concedida este fim de semana, disse que a imprensa explorou o caso da suspensão dos benefícios dos aposentados com mais de 90 anos por-



Roosevelt Pinheiro

RECUPERAÇÃO Mão Santa também pediu conclusão de ponte no Piauí

que não tinha casos de corrupção no governo para noticiar. Como o ministro teria dito que houve corrupção em governos anteriores, Virgílio anunciou que interpellará Berzoini na Justiça para que ele esclareça em qual governo houve corrupção.

Infra-estrutura

Mão Santa também pediu ao governo federal que retome as obras de recuperação da ponte sobre o Rio Corrente, na divisa entre os municípios de Capitão de Campos e Piripiri, no Piauí.

Virgílio cobra posição do PT sobre escândalo em Roraima

■ “Partido deve ser coerente e apurar denúncia de corrupção no governo do estado”, afirma senador

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), exigiu manifestação do PT em relação aos escândalos denunciados na imprensa sobre a existência de uma “quadrilha de gafanhotos devorando verbas públicas”, em Roraima. Para o senador, o PT tem obrigação de ser coerente e, assim como cobrava investigações de acusações de corrupção durante o governo Fernando Henrique Cardoso, deve fazer o mesmo agora que é governo.

– O PT deve uma explicação ao país, porque saiu em defesa do governador no início das denúncias. E agora ainda mantém a confiança no atual governador de Roraima, Flamarion Portela (PT), ou já está achando que as acusações precisam ser investigadas? O que todos esperamos do PT é clareza e transparência em relação a seus filiados – declarou.

Arthur Virgílio se disse espantado com o silêncio do partido e do governo sobre o desvio de milhões de reais para funcionários-fantasma. Para ele, “o vulto das denúncias é tal que a luz amarela já deveria ter sido acen-



Roosevelt Pinheiro

DÚVIDA Arthur Virgílio quer esclarecer ação de fiscais na chácara do presidente do STF

– A chácara do presidente do STF foi a única visitada pelos fiscais da Delegacia do Trabalho que vistoriaram a chácara do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Maurício Corrêa, localizada no núcleo rural Sobradinho I (DF), para prestar esclarecimentos.

Virgílio disse que pretende investigar a fundo o episódio, noticiado pela revista *Veja*, e saber se os responsáveis pela fiscalização estavam realizando um trabalho de rotina ou participando de uma “campanha de desmoralização do STF” comandada pelo Palácio do Planalto.

– A chácara do presidente do STF foi a única visitada pelos fiscais da Delegacia do Trabalho? Custo a crer que tenha sido um trabalho de rotina. Espero que o ministro Maurício Corrêa dê respostas claras sobre o episódio, mas me pergunto se não é novamente um trabalho de montagem de dossiês para destruir quem discorda do governo, como foi feito pelo PT durante a campanha eleitoral. Meu sexto sentido me diz que aqui tem agressão – afirmou.

Arthur Virgílio assinalou que é hora de o Congresso mostrar independência “diante de um governo que não respeita a democracia”. Ele alertou para o fato de que alguém vazou o resultado da fiscalização para a revista *Veja* e que tudo deverá ser esclarecido pelo delegado.

Garibaldi defende entendimento para votação da reforma política

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu aos senadores atenção para a proposta de reforma política, em tramitação na Câmara dos Deputados. Para ele, é preciso entendimento sobre a questão, já que essa reforma não será aprovada sem o apoio de ambas as Casas do Congresso.

O parlamentar citou reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil* informando que a comissão especial criada na Câmara para o exame da reforma política deve aprovar ainda este ano o relatório do deputado Ronaldo Caiado. O presidente da comissão, deputado Alexandre Cardoso, acredita que o Plenário poderá aprovar a matéria até março de 2004.



Roosevelt Pinheiro

RIGOR Financiamento público de campanha deve ter controle da Justiça Eleitoral, diz Garibaldi

serão eleitos, de acordo com o número de votos), as possibilidades de coligações. Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) mostrou-se contrário à lista partidária, que não considera um sistema democrático e também ao financiamento público de campanha, que, para ele, somente “irá engordar os fundos partidários”.

O senador informou que a reforma trata de “teses já conhecidas”, como o financiamento público de campanha, a elaboração de lista partidária (na qual cada partido determina previamente os deputados que

Garibaldi afirmou que as listas partidárias dariam um poder ainda maior às direções dos partidos. De acordo com o senador pelo Rio Grande do Norte, o financiamento público de campanha necessitaria um controle bastante eficiente por parte da Justiça Eleitoral.



ALERTA Importação reduz a renda do produtor nacional, segundo Renan Calheiros

Renan defende proteção ao coco brasileiro

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) pediu em Plenário medidas que dificultem a importação de coco ralado pelo Brasil. Conforme disse, além de reduzir a renda dos produtores nacionais, a importação está pondo em risco as plantações de coco e a saúde da população por causa do "amarelo letal", doença detectada no produto importado.

A primeira medida a ser adotada, disse, é a volta da fiscalização sanitária do produto comprado no

exterior, suspensa com a revogação da Portaria nº 70, do Ministério da Agricultura, em julho deste ano. Baixada em março de 1998, a portaria contribuía para restringir a entrada do coco estrangeiro. Em setembro do ano passado, o governo decidiu adicionalmente reduzir a cota de importação do produto de 17 mil para 4 mil toneladas, exigindo em contrapartida o aumento da produtividade.

Segundo Renan, já foi iniciado amplo programa de recuperação

de coqueiros e renovação de 35 mil hectares de plantações no Nordeste, com reflexos positivos no emprego e na manutenção de mão-de-obra na região.

– O "amarelo letal" não tem cura e pode dizimar plantações inteiras. Quem está ganhando com o afrouxamento da fiscalização são os importadores, que não geram empregos. Precisam apenas de um computador, um fax e uma secretária para ganhar milhões – alertou o senador.



CRÍTICA Hélio Costa lamentou que notícias positivas não apareçam no noticiário

Hélio Costa elogia ações em favor da infância

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) elogiou ontem duas medidas anunciadas pelo governo federal: o lançamento do Plano de 21 Metas em Favor da Infância e da Adolescência, na 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a retomada do Programa do Leite, criação do governo José Sarney, pelo qual cada família pobre tinha direito a um litro diário do produto.

Hélio Costa lembrou que o Plano de 21 Metas representa o compromisso assumido pelo presidente da República contra o analfabetismo, a mortalidade infantil e a evasão escolar. O senador elogiou o trabalho de alguns promotores públicos no país, que instalam por iniciativa própria os Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares.

Quanto ao Programa do Leite, Hélio Costa observou que até hoje muitos pais e mães de família lhe dizem que a iniciativa salvou a vida dos filhos deles. "As notícias ruins e as inusitadas, fora do comum, são as que têm a preferência para manchetes de jornais. Por isso, as boas notícias, como essas, têm pouco espaço na mídia."

Projeto de biossegurança revela maturidade do governo, diz Raupp

Proposta de autoria do Poder Executivo está sendo examinada pela Câmara dos Deputados

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou ontem que apóia o projeto de lei de biossegurança (PL nº 2.401/03), encaminhado pelo Executivo e em tramitação na Câmara. O governo, disse, "revelou maturidade no tratamento desse tema delicado para a agricultura e demonstrou que não existe radicalismo ideológico nas decisões tomadas".

Raupp destacou a importância de o Brasil ter uma "legislação estável sobre biotecnologia", que não sofra mudanças bruscas e possa diminuir os riscos do agricultor. Ele ressaltou que não é possível desenvolver uma agricultura de qualidade internacional se a cada safra o produtor precisa ficar



AVANÇO Para Valdir Raupp, é importante o Brasil ter uma "legislação estável" no setor

aguardando a edição ou a modificação de medidas provisórias, muitas vezes a partir de fatos consumados, que prejudicam a estabilidade que o setor deve ter.

– Certamente não podemos nos apegar a dogmas ecológicos e padrões de ideologia naturista, sem base científica, e condenar agricultores a desperdiçar recursos financeiros,

tempo, trabalho, energia e toda uma luta em nome de algo que os próprios países desenvolvidos fazem ao contrário, seguindo outro rumo. Não podemos admitir que a safra gaúcha seja jogada fora, com uma perda de cerca de US\$ 1 bilhão.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou que é "espetacular" o nível atingido pelo agronegócio no Brasil. Segundo ele, em Mato Grosso do Sul muitos fazendeiros estão abandonando a pecuária e migrando para o plantio de grãos devido à maior rentabilidade. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou que o Senado não foi omissivo na hora de decidir sobre transgênicos e que todos estão apostando nas melhorias que os centros de pesquisa brasileiros podem alcançar.

Safra

Em outro pronunciamento, Valdir Raupp denunciou a falta de crédito oficial para financiamento do plantio e comercialização das safras de soja, café

e cacau em Rondônia. O problema foi detectado pelo parlamentar em contatos com produtores e representantes de agências financeiras – Banco do Brasil e o Banco da Amazônia (Basa) – que operam o sistema de crédito rural.

Segundo observou, as liberações de recursos têm sido irrisórias diante das dotações orçamentárias definidas para o setor, frustrando, assim, as expectativas e o planejamento de safra dos agricultores.

Raupp observou que a carência de financiamento oficial na agroindústria não afeta apenas Rondônia. Ele lembrou recente discurso do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) traduzindo insatisfações semelhantes de produtores mato-grossenses de soja, café, cacau e algodão.

– Não tenho dúvida de que, ao permitirmos que falem recursos para custeio da safra, estamos matando o setor que se tem mostrado mais dinâmico nos últimos anos no Brasil.

Eurípedes propõe incorporação de seis municípios goianos ao Distrito Federal

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) informou ontem ao Plenário ter apresentado projeto (PDS nº 917/03) que estabelece a realização de plebiscito em seis municípios goianos. Se aprovado, os eleitores de Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás, Planaltina de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental e Santo Antônio do Descoberto dirão se querem suas cidades incorporadas ao Distrito Federal (DF).

De acordo com o parlamentar, metade da população dos municípios de Águas Lindas, Novo Gama, Valparaíso e Santo Antônio do Descoberto trabalha no DF e 60% dos moradores dessas cidades utilizam o sistema de saúde pública da capital federal. O senador avalia que os seis municípios tornaram-se "verdadeiras cidades-satélites de Brasília".

A proposta, justificou, visa diminuir as dificuldades en-

frentadas pelo governo do DF. Com a incorporação dessas cidades, explicou Eurípedes, aumentará a população do DF e, com isso, haverá maior aporte de recursos.

O senador citou dados do Anuário Estatístico do DF segundo os quais 60% da população desempregada da Grande Brasília habitam no entorno do DF. Os dados atestam também que, diariamente, 6 mil crianças e jovens deixam suas



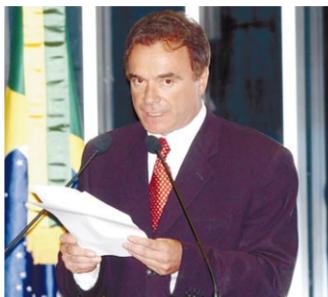
DEPENDÊNCIA Parte dos moradores do entorno trabalha no DF, afirma Eurípedes

cidades para estudarem na rede pública de ensino do Distrito Federal. O senador pediu a aprovação de sua proposta.

Ana Júlia homenageia sindicato

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) registrou o aniversário, no último dia 24, de 70 anos do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá, onde construiu sua trajetória política. Na área financeira, o sindicato é o mais antigo da Amazônia, disse.

– Em 1945, numa das primeiras greves nacionais dos bancários, o sindicato já unificava o antigo Banco da Borracha (hoje da Amazônia) e o Banco do Brasil no movimento. Na greve, a maior reivindicação era um salário-base para a categoria.



Roosevelt Pinheiro

Rodolpho Tourinho alerta para risco de novo apagão

■ Segundo o senador, o sistema elétrico do país não pode ser baseado apenas em hidrelétricas

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou que a seca no Nordeste tem piorado e que há o risco de um novo colapso no abastecimento de energia elétrica. O senador, que foi ministro de Minas e Energia no governo Fernando Henrique Cardoso, disse que é necessário investir no sistema de termelétricas à base de gás natural, com a criação de um gasoduto Nordeste-Sudeste.

– O impacto ambiental é mínimo, o preço é bastante razoável e a obra é prioritária. Não



Roosevelt Pinheiro

ALTERNATIVA Tourinho defende a construção de termelétricas à base de gás natural

podemos ter um sistema baseado exclusivamente em hidrelétricas – alertou.

Rodolpho Tourinho lembrou que existe exploração de gás no

Rio Grande do Norte, na Baía de Camamu, e que o estado da Bahia está vendendo apenas 20% do seu potencial.

– Por que não foi feito até hoje o gasoduto de Camamu a Salvador? Sai do ministério deixando tudo pronto, era preciso apenas implantar. E mesmo com as restrições fiscais impostas pela necessidade de superávit, o preço seria bem razoável – disse.

Para o senador, o risco de colapso de energia elétrica é da maior gravidade. Ele avalia que haverá outros apagões caso o sistema se apóie majoritariamente em hidrelétricas. Em apertes, os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) elogiaram a advertência de Rodolpho Tourinho.

Alvaro discorda de contratação sem concurso

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) protestou contra a medida provisória (MP nº 136) que permite a contratação temporária de pessoal para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sem concurso público. Ele afirmou que somente funcionários permanentes estão preservados de investidas do poder econômico. Alvaro anunciou que solicitará que seu partido apresente ao Supremo Tribunal Federal (STF) ação direta de inconstitucionalidade contra a MP.

O senador lembrou que o PT, quando estava na oposição, fez protestos veementes quando o governo anterior tomou medida semelhante para preencher cargos no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), em função de necessidades inadiáveis.

– Faça o que eu digo e não o que eu faço – ironizou.

Imprensa

Ao comentar a publicação do terceiro livro do jornalista Elio Gaspari, *A Ditadura Derrotada*, Alvaro homenageou a imprensa brasileira, em especial o jornalista Hélio Fernandes e sua luta contra a ditadura militar, em seu jornal *Tribuna da Imprensa*.

– Homens como esses dois jornalistas precisam ser homenageados em vida e não depois de se apague da memória nacional um tempo que precisa ser sepultado, nunca esquecido, para que jamais tenhamos que viver realidade parecida no futuro.

Segundo o senador, a resistência da imprensa foi fundamental para levar o país de volta à civilidade constitucional. Hoje, acrescentou, os jornalistas de todos os matizes políticos lutam, sob a égide da liberdade, para a construção de um Brasil economicamente desenvolvido e fundamentado na justiça social.

Ana Júlia elogia programa Luz para Todos

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) registrou o lançamento do programa Luz para Todos, do governo federal, que deve beneficiar 12 milhões de brasileiros que ainda não têm acesso à energia elétrica. Ela destacou como um dos méritos do programa a antecipação para 2003 da meta de universalização do serviço, previsto inicialmente para 2015.

Ana Júlia explicou que o projeto deve priorizar os municípios em que a distribuição de energia elétrica é mais precária. Segundo informou, 90% dos domicílios sem energia estão nas regiões Norte e Nordeste, áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),



Gélio Azevedo

AVANÇOS Conforme Ana Júlia, população mais pobre será especialmente beneficiada

principalmente na zona rural.

A senadora ressaltou que está prevista a alocação de recursos públicos para o programa a fundo perdido, de forma que os esforços de universalização

não causem aumento de tarifa. Ela defendeu a subvenção da extensão de energia elétrica para as áreas rurais, argumentando que esse é um investimento de alto custo, com baixas expectativas de retorno.

Ana Júlia elogiou a gestão do programa, que deve ocorrer em parceria com atores sociais. Ela parabenizou a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, por ter aceito o desafio de levar energia elétrica aos mais excluídos e priorizado municípios com menor coeficiente de atendimento. Serão beneficiados, disse, a população rural de baixo poder aquisitivo, especialmente os pequenos produtores rurais.

Comissão vota projetos sobre recursos hídricos

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza hoje, a partir das 14h30, reunião para examinar projeto de lei (PLS nº 13/03) que amplia as condições de criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica nos rios federais. A proposta, do senador Paulo Octávio (PFL-DF), obteve parecer favorável, na forma de substitutivo, do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL).

Paulo Octávio pretende solucionar problema enfrentado pelo Distrito Federal, que cor-

re risco em relação à qualidade da água consumida por seus habitantes. O senador explicou que a Lei nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, prevê a possibilidade de criação de comitês de bacia hidrográfica somente para os rios de terceira ordem. Dessa forma, o DF não pode estabelecer o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Descoberto, de quinta ordem.

Também consta da pauta o Projeto de Lei nº 240/02, que altera a destinação da quantia

arrecadada com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos para que os valores sejam aplicados integralmente na bacia hidrográfica onde foram gerados. O relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), emitiu parecer favorável, com uma emenda. De acordo com a proposta, apresentada pela Comissão Especial do Rio São Francisco, os recursos devem ser utilizados no financiamento de estudos e obras no Plano de Recursos Hídricos das Bacias que geraram esses valores.



Roosevelt Pinheiro

URGÊNCIA Antonio Carlos voltou a cobrar a votação da proposta de sua autoria

Antonio Carlos quer orçamento impositivo

A aprovação da proposta que torna obrigatória a execução do Orçamento Geral da União voltou a ser cobrada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele apelou ao presidente da Casa, José Sarney, para que use de seu “prestígio e autoridade” junto ao governo e lideranças partidárias para viabilizar a implantação do orçamento impositivo, e ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA), para que “leve a sério” a proposição, que tramita há três anos no Senado.

Como a Constituição permite que o governo encaminhe a proposta de lei orçamentária anual (LOA) até 31 de agosto, Antonio Carlos disse que sobra pouco tempo para a Comissão Mista de Orçamento (CMO) examinar a peça orçamentária em detalhes. Esse quadro assume maior gravidade, ressaltou, quando se percebe que o Orçamento aprovado não representa a verdade da administração pública.

Para o senador, não é mais possível admitir que, embora todos se declarem favoráveis à medida, a proposta não seja votada. “O que não podemos é esperar a vida inteira pela votação do orçamento impositivo”, afirmou.

Antonio Carlos comentou as posições divergentes expressadas no Congresso pelos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, que teria defendido a implantação da medida, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, que se teria manifestado contrário à iniciativa.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) reconheceu que uma das principais motivações do senador pela Bahia ao defender o orçamento impositivo é o fortalecimento do Congresso Nacional.

Mozarildo quer ampliação da campanha contra Aids

Parlamentar adverte que a incidência da epidemia no Brasil continua em pleno crescimento

No Dia Mundial de Combate à Aids, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu ao Ministério da Saúde que intensifique a campanha de combate à doença. Lembrou que a última estatística do governo registrou aumento de 19.373 casos de Aids entre os brasileiros de dezembro do ano passado a setembro último. O levantamento mostra que 277 mil brasileiros já têm a doença.

– Ainda não há cura para a Aids e o controle existente não dá nenhuma garantia de sobre-



REALIDADE Mozarildo afirma que já existem no país 277 mil pessoas infectadas

vida razoável – advertiu.

Mozarildo considerou muito preocupante o fato de a incidência da Aids no país ainda manter-se em crescimento,

apesar de uma tendência de estabilidade nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. No Sudeste, há 21 casos para 100 mil habitantes e, no Centro-Oeste, 12 casos.

No período 1998-2002, 42% dos casos de contaminação se deram entre pessoas heterossexuais. Já a categoria homossexual e bissexual responde agora por 35% dos casos. Os outros 23% infectados são usuários de drogas e a contaminação quase sempre ocorre com agulhas não-descartáveis.

Conforme Mozarildo Cavalcanti, a proporção entre os sexos se mantém em 1,8 caso em homens para cada caso em mulher. No início da epidemia, havia 25 casos de homens contaminados para cada um de mulher.

Jucá: cresce número de crianças com o vírus

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) manifestou sua preocupação com o crescimento do número de crianças infectadas pelo vírus HIV. Ele citou dados da Organização das Nações Unidas (ONU) segundo os quais cerca de 3,2 milhões de contaminados, em todo o mundo, têm menos de 15 anos.

Jucá elogiou o *Boletim Internacional sobre Prevenção e Assistência à Aids*, de responsabilidade da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, que em sua edição de agosto e setembro aborda os principais problemas que afetam as crianças e os adolescentes soropositivos.

Ele ressaltou que essas crianças e adolescentes são vítimas de preconceitos, fruto da desinformação, que traz grandes prejuízos para os pacientes. Lembrando que um terço dos



ESTRATÉGIA Jucá destaca a importância do atendimento às mães contaminadas

casos de contaminação de crianças ocorre por meio da amamentação, Jucá chamou a atenção para a importância do atendimento às mães portadoras do vírus, que devem receber informações sobre os riscos da amamentação e sobre formas alternativas de alimentar os bebês.

Jucá se referiu às dificuldades

enfrentadas pelas crianças infectadas que pertencem a famílias pobres, com pais também contaminados e estrutura familiar precária ou mesmo desmantelada pela morte dos pais. Muitos órfãos, disse, passam a viver nas ruas.

O senador elogiou a decisão do governo brasileiro, tomada ainda na administração de Fernando Henrique Cardoso, de fornecer gratuitamente os medicamentos aos portadores do vírus da Aids. Ele ressaltou que em outros países somente os mais ricos podem arcar com o tratamento.

– O exemplo brasileiro está mostrando ao mundo o quanto é importante essa diretiva de saúde pública, que não pode ser assumida sem provocar conflito com os interesses da indústria farmacêutica – salientou o parlamentar.

COMBATE AO CÂNCER



CAUTELA População vem sendo informada sobre os fatores de risco, salienta Eduardo

Eduardo elogia iniciativas do governo contra a doença

Ao registrar a passagem do Dia Nacional de Combate ao Câncer, no último dia 27, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) destacou que a data foi instituída pelo Ministério da Saúde, em 1998, com o objetivo de despertar a consciência da população para a luta

contra a doença.

De acordo com o senador, a campanha deste ano, com o tema “Conhecer para prevenir”, teve o intuito de alertar o público sobre a importância da informação para a prevenção e a detecção precoce da doença. Com a campanha, a população está recebendo informações sobre fatores de risco, mentiras e verdades sobre o câncer e dicas para se proteger.

Eduardo Siqueira Campos explicou que há mais de cem tipos de câncer, que têm em comum o crescimento desordenado, maligno, de células que invadem tecidos e órgãos, e espalham-se para outras regiões do corpo, no processo chamado de metástase.

– Independentemente de conotações partidárias, a luta contra o câncer é de todos os brasileiros. Por isso, as ações nesse sentido serão, sempre, elogiáveis e elogiadas, mesmo por nós, de um partido de oposição ao atual governo. Fazemos oposição ao governo; não, ao Brasil e aos brasileiros.

Roseana alerta para benefícios da prevenção em fase precoce

Em discurso alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Câncer, comemorado na última quinta-feira, a senadora Roseana Sarney (PFL-MA) alertou para os benefícios da prevenção e do diagnóstico precoce dessa doença, que é a segunda maior causa de mortalidade no Brasil.

Roseana ressaltou a importância da divulgação pelo poder público, pelas associações médicas e pela mídia das providências que a população e os profissionais da saúde podem e devem tomar para evitar o



PERIGO Roseana lembra que câncer é a segunda maior causa de mortalidade no Brasil

desenvolvimento do câncer. Segundo a senadora, são medidas relativamente simples, especialmente nos casos do câncer de pele, de mama, de útero e de próstata.

– Além de pesquisar, prevenir e dar tratamento, é preciso levar consolo e força às pessoas e famílias atendidas

Camata defende piso para técnicos e auxiliares de enfermagem

Projeto de lei apresentado pelo senador Gerson Camata (sem partido/ES) fixa piso salarial de R\$ 680 para os técnicos de enfermagem e de R\$ 520 para os auxiliares. O objetivo da proposta é oferecer melhores condições de trabalho para esses profissionais.

– Essas categorias profissionais merecem salário justo e digno e sua imposição, através de diploma legal, se faz necessária porque as relações de trabalho ainda não permitem, em todo o Brasil, que os salários dos profissionais sejam por elas determinados.

Conforme o projeto de Camata, o reajuste da remuneração dessas categorias obedecerá à política salarial adotada pelo governo. Estabelece ainda a proposição que a jornada de trabalho dos técnicos e auxiliares de enfermagem não excederá oito horas diárias e 40 ho-

ras semanais. Quando sujeitos a regime de plantão, a jornada não deverá ultrapassar 12 horas.

A alimentação será fornecida gratuitamente a esses profissionais, quando em regime de plantão, estabelece ainda a proposta.



A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney e Eduardo Siqueira Campos